

## **A Porto Alegre dos Italianos (1946-1976)**

Leonardo de Oliveira Conedera<sup>1</sup>

No presente artigo visa-se apresentar o olhar diferenciado de imigrantes italianos que se radicaram em Porto Alegre nos anos do pós-guerra (1946-1976). As narrativas dos imigrantes assinalam a visão do outro, do estranho, recém-chegado ao espaço urbano brasileiro. Vale lembrar que o imigrante vivencia experiências diferentes em relação aos nativos da sociedade de destino. Portanto, pretende-se enfatizar, através da metodologia da História Oral, as impressões de Porto Alegre na metade do século XX.

**Palavras-chaves:** Imigração italiana, Porto Alegre, História Oral.

Os italianos constituíram a segunda maior corrente imigratória para o Brasil, precedida somente pelos portugueses, a imigração de peninsulares apresentou visibilidade significativa, sobretudo nos Estados do Sudeste e Sul do Brasil. Nos estudos sobre este fenômeno, ocorrido no “período áureo” da imigração<sup>2</sup> e nos decênios posteriores, observa-se uma escassez de pesquisas que manifestem uma ênfase acerca da presença italiana, no período do pós-Segunda Guerra Mundial no país.

### **Imigração italiana no Brasil**

Em um século, de 1860 a 1960, mais de 20 milhões de pessoas deixaram a península e mais de 7 milhões instalaram-se no exterior. Os fluxos emigratórios cresceram nos anos finais do século XIX. Dos portos de Gênova e Nápoles partiam embarcações cheias de indivíduos dispostos a buscar novas oportunidades em outros destinos (CONSTANTINO, 2007, p.397).

---

<sup>1</sup> Doutorando em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: [leocone5@hotmail.com](mailto:leocone5@hotmail.com)

<sup>2</sup> Diégues Júnior chama de “período áureo” da imigração no país os anos compreendidos entre 1888 e 1914. Nesse espaço de tempo, o Brasil recebeu, aproximadamente, 2.594.720 imigrantes. DIÉGUES JUNIOR, Manuel. **Imigração, urbanização e industrialização**: estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Educacional, 1964. p. 64.

A imigração é um fenômeno complexo que envolve uma multiplicidade de fatores de expulsão e atração. No caso italiano, diversas nuances favoreceram a mobilidade de seus cidadãos (CONEDERA, 2012, p.66).

Com o desfecho do conflito mundial, a via diplomática atravancou a imigração, como no caso das pendências ocorridas durante a guerra. A legislação e os órgãos brasileiros também não auxiliaram, positivamente, para o ingresso de estrangeiros (CERVO, 1992, p.196). Manuel Diégues Júnior assinala que:

A política migratória do Brasil não foi das mais felizes, nem das mais razoáveis, reservando todos os princípios restricionistas que, a partir de 1930, começaram a marcar a entrada dos imigrantes no país. [...] Em nenhum ano, entre o término da Guerra e 1958, se alcançou um total de 100 mil imigrantes; o máximo atingido foi de pouco mais de 88 mil. É certo que tem predominado, em nossas estatísticas de imigração, a condição de “espontâneos” dos imigrantes. A entrada de imigrantes dirigidos anda, relativamente, pela casa dos 15%, considerando todo o período de 1946-1958 (1964, p.307)

Apesar da escassez de incentivo para a entrada de novos estrangeiros no território nacional, em 1949, a Companhia Brasileira de Colonização e Imigração italiana foi criada através de um convênio, a fim de direcionar o fluxo de imigrantes. A Companhia iniciou a criação de um centro modelo de colonização. A saber, a ideia do empreendimento era de transportar imigrantes para zonas inexploradas para se dedicarem ao setor agrícola (CENNI, 1975, p.401). A Companhia desenvolveu doze projetos importantes, todavia a maioria deles foi mal sucedido (CERVO, 1992, p.196-197).

É importante salientar que o Acordo Emigratório de 1950 entre Itália e Brasil pretendia duas modalidades de emigração: individual (baseada em atos de chamada e ofertas de trabalho), a partir de grupos e cooperativas (sobretudo de colonização agrícola), e subvencionada. O tratado firmado antevia que o Brasil viabilizaria regularmente pedidos de mão de obra qualificada (técnica majoritariamente) para diversas áreas de produção (TRENTO, 1989, p.412).

Esse Acordo foi muito apreciado no parlamento italiano, já que os imigrantes (com qualificação profissional) seriam destinados para colônias agrícolas em áreas isoladas e inexploradas. Apesar das reivindicações de alguns deputados, o parlamento consentiu o Acordo entre os dois governos em 1951 (DE CLEMENTI, 2010, p.52).

Precisa-se observar que alguns imigrantes que se fixaram em Porto Alegre no pós-guerra não vinham apenas através do chamado de parentes e amigos. Algumas empresas, cujos donos eram italianos, pode-se destacar o caso das Massas Adria, que se responsabilizavam pela estadia e pela oferta de serviço (ZAMBERLAM, 2010, p.62).

O órgão do governo brasileiro responsável pela imigração era o Conselho de Imigração e Colonização (CIC)<sup>3</sup>. Dentre os requisitos do CIC, o imigrante necessitaria gozar de boa saúde física e mental. Logo, a maioria dos estrangeiros necessitou passar por seleções médicas. Os indivíduos passavam pelos exames em seu próprio país e precisavam da liberação médica para embarcar (FACCHINETTI, 2004, p.78).

Outra premissa estabelecida pelo governo italiano era o “atestado de boa conduta”, isto é, o emigrado não poderia ser comunista. Os órgãos de imigração italianos faziam uma seleção ideológica. Inúmeros peninsulares precisavam ter o visto do padre afirmando que o indivíduo era um “bom cristão”. A polícia italiana concedia o passaporte ao requerente somente após receber a garantia do padre. As autoridades brasileiras também tinham o cuidado de restringir a entrada de pessoas de ideologia socialista ou comunista (FACCHINETTI, 2004, p.80).

O CIME foi órgão importante na cooperação para a imigração individual e dirigida. Os deslocamentos dirigidos eram guiados principalmente para núcleos rurais. No entanto, o órgão enfrentou diversas dificuldades para constituir uma imigração agrícola assalariada, já que o Brasil não apresentava uma estrutura adequada. O CIME promoveu a transferência de operários e técnicos industriais, no âmbito do plano MOPC (Mão de Obra Pré-Colocada). Portanto, o governo brasileiro repassava, periodicamente, listas de profissões e ofícios para os quais havia necessidade (TRENTO, 1989, p.416). Angelo Trento frisa que:

O CIME cuidava, na Itália, da seleção técnica, controlando se a qualificação dos aspirantes correspondia a uma das profissões requisitadas. Chegava-se, assim, à compilação de uma lista, em cujo âmbito as empresas de além-mar podiam escolher os nomes que pareciam mais adequados às suas necessidades, mediante pagamento de uma pequena soma reembolsável, se, após um período de experiência de sessenta dias, o operário não tivesse proporcionado resultados satisfatórios (1989, p.416).

---

<sup>3</sup> O Conselho de Imigração e Colonização (CIC), órgão federal, subordinado ao Ministério da Agricultura, e também ao departamento de Colonização e Terra. FACCHINETTI, 2004, p. 78).

Entre 1952 a 1958, o CIME favoreceu o ingresso de 72.277 imigrantes no Brasil: 48.269 italianos, 5.435 gregos, 4.791 espanhóis, 3.299 alemães, 2.936 austríacos, 1.548 holandeses e 5.999 de outras nacionalidades. Nesse período, o mesmo órgão também favoreceu o fluxo de 855.000 indivíduos (CENNI, 1975, p.409). A maioria dos imigrantes que desembarcaram no país eram agricultores. Contudo, 15,7% dos indivíduos eram técnicos qualificados. O grupo italiano contribuiu com o maior contingente de operários qualificados (DIÉGUES JUNIOR, 1964, p.303-308). Trento destaca que

A incerteza do pós-guerra e o difícil momento de reconversão – e, também, depois, da reconstrução – levavam muitos jovens, e não tão jovens, com um diploma no bolso a buscar melhor sorte no estrangeiro. No Brasil, eles chegavam através de “atos de chamada” e contratos fictícios, ou, simplesmente, passando através das malhas da seleção na Itália, escondendo seus diplomas e declarando aptidões e profissões que não tinham. Uma vez chegados, conseguiam se arranjar até encontrar ocupações e empregos, consoantes, com a sua preparação. (1989, p.442-443)

Então, não era incomum, os peninsulares enfrentarem provações nos primeiros tempos na pátria de adoção. Principalmente, imigrantes que não contavam com a solidariedade de conterrâneos passavam por dificuldades.

Mas vale lembrar que nos Censos das décadas de 40 e 50, os italianos constituíam o grupo com o maior número de estrangeiros residentes na sociedade brasileira. A maior parte dos italianos residia nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (ZAMBERLAM, 2004, p.59).

### **Imigração e narrativa oral**

Nos últimas décadas, várias investigações históricas estão fazendo uso da metodologia da História Oral. Nos estudos referente à imigração, a história oral tem sido uma ferramenta importante para o desenvolvimento de muitas pesquisas. Além disso, Núncia Santoro de Constantino enfatiza:

Preciso ver muitos rostos e ouvir muitas vozes, quando estudo imigração. Muitos rostos além daqueles que deram certo e cujos retratos estão emoldurados nas fábricas, nos bancos, nas grandes casas

comerciais. Também preciso olhar para além dos rostos daqueles infelizes que não deram certo e cujas fotografias estão estampadas nas páginas policiais. Opressores e oprimidos não esgotam o assunto. Preciso ver e ouvir muito para reconstruir, com todas as deficiências que uma reconstrução supõe, o complexo e multifacetado fenômeno da imigração. São as vozes que me devolvem os rostos de pessoas comuns (2006, p.69).

Como aponta Constantino, a História Oral possibilita ao historiador da imigração a constituição de novas perspectivas acerca do processo histórico e a construção de fontes para a investigação.

Segundo Alessandro Portelli, a História Oral averigua a memória de indivíduos como um desafio a esta memória concentrada em mãos restritas e profissionais. Portelli entende que a memória não é apenas a preservação da informação, como também é o sinal de luta e um processo em andamento. Então, encara-se a memória como um eixo da história; memória não apenas como um lugar onde um “recorda” a história, mas memória “como” história (2000, p.69).

Trabalhando com depoimentos orais, o historiador, fatalmente, depara-se com uma narrativa do entrevistado que é fruto de sua memória, e, como esta possui um caráter subjetivo, logo são estabelecidas aos pesquisadores armadilhas para as quais a cautela é imprescindível.

A subjetividade existente na oralidade, todavia, não invalida o uso das fontes orais – conforme destaca Portelli – já que permitem a recuperação da memória e da tessitura singular existente na vida cotidiana (2004, p.12).

Como assinala Lang<sup>4</sup>, a História Oral centra-se no sujeito, entretanto, não se restringe somente a ele, pois aponta para a sociedade. Para Lang, vários relatos individuais de uma mesma coletividade viabilizam reconstruir a trajetória de um grupo social.

Então, o sujeito que narra sua história, ou conta sobre sua trajetória de vida, não constitui, ele mesmo, o objeto de pesquisa; constitui um relato, a matéria-prima para o conhecimento histórico e social que busca, através do indivíduo e da experiência por ele vivenciada, apreender as relações sociais que se inserem em sua dinâmica (BAUER, 2007, p.36).

---

<sup>4</sup> Entende-se “grupo social” a partir da definição de Michel Olmsted, ou seja, “o grupo” é constituído por “uma pluralidade de indivíduos que estão em contato uns com os outros, que se consideram mutuamente e que estão conscientes de que têm algo em significativamente importante em comum”. OLMSTED, Michel S. **O pequeno grupo social**. São Paulo: Herder, 1970.

Em outras palavras, as histórias relatadas pelos narradores viabilizam, como outras fontes investigadas, a visualização de indícios por parte dos historiadores. Carlo Ginzburg afirma que “a realidade é opaca, mas existem certos pontos privilegiados – indícios, sintomas – que nos permite decifrá-la” (2007, p.178-179). As narrativas dos imigrantes são impregnadas de sinais e pequenos indícios que podem assinalar fenômenos sociais mais amplos e complexos.

Núncia Constantino ainda sublinha que a narrativa entrelaça dois importantes aspectos, pois

[...] narra-se uma vida concreta, uma existência, uma trajetória pessoal. Narra-se também os nexos e os símbolos, que medeiam culturalmente a vivência relacionados à memória coletiva que, construída sobre vivências comuns adquire sentidos e reorganiza temporalidades (2004, p.37).

Dessa forma, a memória faculta a apreensão e acumulação das percepções dos sentidos e dos processos psíquicos de maneira inconsciente (BAUER, 2007, 159). O caráter espontâneo da lembrança é único. Recordar é reconstruir as vivências do passado com as ideias do presente. Portanto, é necessário ter em mente que o momento presente possui sempre uma participação no processo de reconstrução do passado (CONSTANTINO, 2004, p.55-56).

### **Imigração Italiana em Porto Alegre no pós-guerra**

No pós-guerra, novas levas de italianos ingressaram no Brasil. Assim, outros peninsulares começaram a fazer parte da sociedade porto-alegrense e rio-grandense. A partir das Certidões de Casamentos pode-se averiguar uma amostragem sobre os imigrantes que chegaram a Porto Alegre.

A partir da pesquisa no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, encontrou-se 466 certidões onde ao menos um dos cônjuges era oriundo da Itália entre os anos de

1955 e 1975. A maior parte dos documentos<sup>5</sup> apresenta a proveniência (cidade ou província natal) dos italianos.

Em Porto Alegre, o maior contingente de peninsulares é originário do *mezzogiorno*. Dentre os imigrantes meridionais destacam-se quantitativamente, respectivamente, os provenientes de três Regiões: Calábria, Campânia e Sicília. Nos registros matrimoniais também se descobriu, em menor número, oriundos do Abruzzo, Puglia, Basilicata e Sardegnia.

Nas certidões matrimoniais ainda se observa a existência de indivíduos da Itália central, especialmente de Roma (das províncias de Roma e Viterbo) e da Toscana (províncias de Florença e Lucca). Os indivíduos da Itália setentrional aparecem em menor quantidade se comparados aos sulistas. A maioria deles veio das Regiões do Veneto, Lombardia e Emilia-Romagna.

A análise das certidões permite inferir que grande parte dos italianos era do sexo masculino e proveniente do sul da Itália; inúmeros imigrantes apresentavam familiares residentes na capital gaúcha (especialmente no caso das mulheres).

Outro *corpus* documental explorado foi às fichas do IASI<sup>6</sup> (*Istituto di Assistenza Sociale degli Italiani*). A entidade, desde sua criação, em dezembro de 1986, assiste expatriados italianos em dificuldade (financeira, de saúde). Analisando-se os dados verificaram-se as mesmas inferências dos encontrados nos registros matrimoniais: na área urbana, Porto Alegre e na Região Metropolitana, o maior contingente de imigrantes provém da Itália meridional; enquanto que, no interior do Estado, a maior parcela dos assistidos pelo órgão é originária das Regiões setentrionais.

A apreciação dos registros matrimoniais, as fichas do IASI e as narrativas dos entrevistados apontam que, após o final da guerra, diversos peninsulares ingressaram no Brasil e se dirigiram para a capital gaúcha, porque havia familiares e/ou amigos. Dessa forma, a imigração espontânea predominou para ingresso de italianos no país no período do pós-guerra (CONEDERA, 2012, p.73).

---

<sup>5</sup> Algumas certidões não apresentavam a cidade natal do imigrante, somente informava a nacionalidade italiana.

<sup>6</sup> Foram averiguados os dados dos assistidos pelo instituto que já faleceram. A saber, teve-se acesso a 208 fichas de italianos radicados no estado do Rio Grande do Sul.

É importante salientar que a maioria dos peninsulares que se fixaram em Porto Alegre desde o último quartel do oitocentos eram provenientes do *mezzogiorno*<sup>7</sup> (CONSTANTINO, 2007, p.12). Desde o século XIX, a capital gaúcha recebeu imigrantes que se deslocavam através do chamado de seus patrícios que se encontravam no núcleo urbano.

A imigração espontânea era promovida, muitas vezes, pelos próprios peninsulares residentes no Brasil. O motor das emigrações em várias ocasiões é motivado pela própria emigração. Franco Ramella (2002, p.143) destaca que “a ativação por parte dos indivíduos e das famílias como elos mais ou menos selecionados pelas redes sociais que são a parte reguladora do movimento, o organiza, o canaliza para certas direções e não a outras”.

Os meridionais residentes em Porto Alegre compartilham um conjunto de relações, a saber, cada imigrante representa um elemento importante na rede social<sup>8</sup> estabelecida entre ele e seus compatriotas que vivem na cidade. As redes sociais são alicerçadas pelas relações de solidariedade e confiança. Normalmente, a família é a base da rede de solidariedade, visto que ela representa o grupo social do indivíduo (LOMNITZ, 2010, p. 20).

O uso dos termos “cadeia” e “rede” busca sublinhar a condição de que diversos imigrantes deslocam-se depois de inteirarem-se, previamente, sobre os ensejos e adversidades com aqueles que imigraram anteriormente (TRUZZI, 2008, p.203).

Outra particularidade presente nas redes sociais que alimentam a imigração é o grau de confiabilidade. Ou seja, o indivíduo desloca-se porque acredita no que foi dito a ele pelo parente ou amigo. Oswaldo Truzzi (2008, p.206) lembra que “[...] cada informação sobre um indivíduo em sua trajetória influencia o sistema como um todo. [...] Os contatos pessoais tornam-se mais importantes, porque são mais confiáveis do que as informações não pessoais”.

---

<sup>7</sup> Italianos originários do Sul da Itália.

<sup>8</sup> Rede social é um campo de relações entre indivíduos que pode ser definido por uma variável predeterminada e se referir a qualquer aspecto de uma relação. Uma rede social não é um grupo bem definido e limitado, senão uma abstração que se usa para facilitar a descrição de um conjunto de relações em um espaço social dado. Cada pessoa é o centro de uma rede de solidariedade e, ao mesmo tempo, é parte de outras redes. (LOMNITZ, 2009, p. 18).

Apesar de alguns amigos emigrados ampararem a transferência de outros patrícios para o Brasil, na maior parte das vezes as pessoas interligadas por laços parentais (irmãos, tios, primos) eram as responsáveis pela ação de incentivar a imigração dos parentes para Porto Alegre.

O aparato da rede também intervinha no processo de adaptação. Os indivíduos, que imigraram demoravam para se ambientar à nova sociedade. Assim, os recém-chegados manifestavam insatisfação e os familiares responsáveis pela sua vinda os consolavam e os incentivavam, para não se abaterem com as dificuldades dos primeiros anos. A Sra. Maria Mancuso – que emigrou de Leonforte, Província de Enna, em 1955 – narra:

Quando chegamos estranhamos, e também meus pais chegaram aqui sem dinheiro. Então, eles chegaram aqui sem dinheiro, sem saber falar, vieram então se “aventurar”. Tanto que 3 anos depois que chegamos aqui o meu pai queria ir embora. [...] Mas como os meus tios imploravam, e explicavam para ele ficar. Até porque não era fácil de conseguir um emprego e de se manter aqui (2010, f.3).

Além de incentivar e confortar, os parentes que enfrentavam os infortúnios dos tempos iniciais, os responsáveis pela vinda de outros conterrâneos, eram um ponto de referência em que os recém-chegados se apoiavam.

Deste modo, os incentivadores e, ao mesmo tempo, membros da rede migratória, são responsáveis por uma série de questões (recursos financeiros, informações sobre a sociedade de destino, adaptação) que envolvem o sistema de relações que sustenta a rede.

A imigração em cadeia através das redes sociais não é uma peculiaridade da coletividade italiana de Porto Alegre. Nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro evidencia-se a imigração instigada por peninsulares que se transferiram anteriormente à Segunda Guerra, ou mesmo pelos indivíduos que vieram nas primeiras levas do pós-guerra.

Em 1940, Porto Alegre concentrava mais de 270 mil habitantes. A capital era a quinta cidade mais populosa do Brasil (SOARES, 2007, p.298). Paulo Roberto Rodrigues Soares aponta que:

A imigração internacional no século XX (de alemães, italianos, portugueses, espanhóis, sírio-libaneses, judeus, ingleses, poloneses) trouxe ao estado número significativo de comerciantes industriais, profissionais liberais e operários qualificados, dos quais muitos se constituíram em importantes agentes empreendedores e inovadores em terrenos econômicos, sociais e culturais (2007, 300).

Os municípios de Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, São Leopoldo e Caxias do Sul tinham as principais casas comerciais, industriais, manufaturas, o comércio de exportação e importação, e uma grande parcela da construção civil (prédios, edifícios e habitações de luxo) vinculados ao trabalho e à atuação de imigrantes (SOARES, 2007, p.300).

Com o crescimento urbano, a economia porto-alegrense deixou de circular apenas no centro da cidade. Novos bairros surgiram com aspectos de metrópole. Márcia Andréa Schmidt da Silva frisa que “os bairros operários, por exemplo, passam a reunir o comércio, indústria e moradias. Nestes, desenvolvem-se todas as atividades sociais das quais necessitavam os contingentes de trabalhadores (1996, p.57). Trata-se de um crescimento funcional para a cidade”.

A coletividade italiana que desembarcou em Porto Alegre nos anos 50 constituiu seus espaços de sociabilidade (SIMMEL, 1986). Os imigrantes constituíram locais próprios de interação na cidade, onde transitavam e encontravam os seus conterrâneos.

A Praça da Alfândega tornou-se um lugar trivial e muito frequentado pelos italianos presentes na capital gaúcha. Na década de 50, o Sr. Antonino Vinciprova, que emigrou de Leonforte, Província de Enna, em 1955, lembra:

Bem! A gente sempre se reunia na Praça da Alfândega<sup>9</sup>, naquela época, porque muitos de nós trabalhávamos próximos da praça. Nos encontrávamos sempre ali para também tomar um cafezinho, conversar, era uma das poucas

---

<sup>9</sup> A Praça da Alfândega foi nomeada, inicialmente, Largo da Quitanda (1800); posteriormente, foi denominada ainda de Praça do Comércio, Praça Florêncio (1883). O nome da Praça surgiu em função da construção do prédio da Alfândega junto à Praça (PEDROSO, 2007, p. 56-60).

diversões que se tinha naquela época, ou ainda se ia ao cinema que era mais barato, que você ia ficava umas duas horas e depois cada um ia para a sua casa (2010, f.8).

A Praça da Alfândega, desde a sua modernização, nas primeiras décadas do século passado, constitui-se em espaço importante da vida social, econômica, política e cultural da capital. A praça destacou-se sempre como um local de convívio. O entorno da Praça sempre concentrou aspectos vinculados ao econômico, social e cultural (PEDROSO, 2007, p.62-63).

No final da década de 60, transformações urbanas iniciaram-se no Centro de Porto Alegre atingindo também as dependências da Praça da Alfândega. As utilidades do seu espaço alteraram-se. A Praça perdeu seu caráter residencial para adquirir outro, estritamente comercial. Os bancos e escritórios começaram a ocupar o local. Enquanto os cafés, confeitarias e cinemas fechavam (PEDROSO, 2007, p.65-68).

Outro espaço bastante frequentado pelos peninsulares era a Sociedade Italiana do Rio Grande do Sul (SIRGS). O Sr. Nicolò Cassarà – que emigrou de Alcamo, Província de Trapani, em 1953 – recorda:

Bem! Eu frequentava [a Sociedade Italiana], mas eu era solteiro, então eu ia mais aos fins de semana. Na época havia todos os sábados as reuniões dançantes, porque havia o som mecânico, sem conjunto musical. Todos os sábados havia estas reuniões. Assim, reuníamos a “turminha” e íamos para lá. (2009, f.5)

O Sr. Cassarà participava com seus amigos dos bailes que aconteciam na Sociedade Italiana. O narrador conta que conheceu sua esposa, Sra. Dalva Di Martino, num baile da SIRGS. A Sociedade também organizava inúmeros eventos (festas, jantares, entre outras comemorações) que reuniam a coletividade italiana residente no município.

## **Considerações Finais**

As narrativas dos imigrantes italianos revelam diferentes trajetórias de indivíduos que encontraram no Brasil, e em Porto Alegre, um novo contexto para reconstruir suas vidas. Na capital gaúcha, os peninsulares trabalharam, constituindo suas famílias, empreendimentos comerciais.

Além disso, os peninsulares, em Porto Alegre, mantiveram laços com seus compatriotas e amigos provenientes da sociedade de acolhimento. Os locais públicos (como a Praça da Alfândega), da mesma maneira as sociedades e em suas casas constituíram-se em espaços de sociabilidade que se apresentavam ao imigrado ocasiões de confraternização, de lazer e de integração com a nova cidade.

Portanto, a capital gaúcha acolheu bom número de imigrantes oriundos da Itália que se inseriram na sociedade receptora construindo novos contatos (com familiares, amigos) e espaços de sociabilidade.

## Referências

BAUER, Babet. A caminho da “história das vivências”? História oral na Alemanha. GERTZ, René E.; CORREA, Sílvio Marcus de S. (Orgs.). **Historiografia alemã pós-muro: experiências e perspectivas**. Passo Fundo/Santa Cruz do Sul: UPF/EDUNISC, 2007.

CONEDERA, Leonardo de Oliveira. **A Imigração Italiana no pós-guerra em Porto Alegre: Memórias, narrativas, identidades de sicilianos**. 2012. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2012.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **Caixas no porão: vozes, imagens, histórias**. Porto Alegre: Biblos, 2004.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **O italiano da esquina: meridionais na sociedade porto-alegrense e permanência da identidade entre moraneses**. Porto Alegre: EST, 2008.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Teoria da história e a reabilitação da oralidade: convergência de um processo. Pesquisa. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Org.). **A aventura (auto)biográfica: fundamentos e metodologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

FACCHINETTI, Luciana. **Parla! O imigrante italiano do segundo pós-guerra e seus relatos**. São Paulo: Angellara, 2004. 220 p.



FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: guia histórico**. Porto Alegre: UFRGS, 1988. 439 p.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LOMNITZ, Larissa Adler. **Redes sociais, cultura e poder**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

OLMSTED, Michel S. **O pequeno grupo social**. São Paulo: Herder, 1970.

PEDROSO, Luciano Fernandes. **O espaço cotidiano dos agregados sociais da Praça da Alfândega em Porto Alegre-RS**. 2007. 137 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do Século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

PORTELLI, Alessandro (Coord.). **República dos Sciuscià**. São Paulo: Salesiana, 2004.

RAMELLA, Franco. Reti sociali, famiglie e strategie migratorie. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio (Orgs.). **Storia dell'emigrazione italiana: Partenze**. Roma: Donzelli, 2002. p. 143-160. 717 p.

SILVA, Márcia Andréa Schmidt da. **Uma comunidade eslava ortodoxa: russos e ucranianos em Porto Alegre: 1948**. 1996. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

SIMMEL, Georg. **Sociologia: estudos sobre las formas de socialización**. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1986. 292 p.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Do rural ao urbano: demografia, migrações e urbanização. In: GERTZ, René E. (Org.). **História Geral do Rio Grande do Sul. República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. V. 4. p. 298.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 199-218, jun. 2008.

ZAMBERLAM, Jurandir et al. **50 anos de serviço com os migrantes: paróquia da Pompéia - Missão Scalabriniana**. Porto Alegre: IMPA, 2010. 125 p.

**Fontes Orais:**



CASSARÀ, Nicolò. **Imigração para Porto Alegre** [nov. 2009]. Entrevistador: Leonardo de Oliveira Conedera. Porto Alegre.

MANCUSO, Maria. **Imigração para Porto Alegre** [dez. 2010]. Entrevistadores: Leonardo de Oliveira Conedera e a Egiselda Charão. Porto Alegre.

SCAVUZZO, Maria. **Projeto mulheres imigrantes do Mercosul** [abr. 2004]. Entrevistadores: André Andregueti, Luciana de Oliveira e Núncia Santoro de Constantino. Porto Alegre.

VINCIPROVA, Antonino. **Imigração para Porto Alegre** [abr. 2010]. Entrevistador: Leonardo de Oliveira Conedera. Porto Alegre.